

INCLUSÃO DOS CADEIRANTES NA EJA NAS ESCOLAS PÚBLICAS DE PERNAMBUCO

Suely Marilene da Silva (1); Anne Rosele (2); Vanice Selva (3)

UFPE, suely.marilene@gmail.com¹, FASUP, annerosele37@hotmail.com², UFPE, vanice.ufpe@gmail.com

Resumo do artigo: Este trabalho apresenta a trajetória da educação de jovens e adultos no Brasil e em particular em Pernambuco estabelecendo relações com os diversos contextos históricos a partir das políticas públicas implementadas desde a Colônia até os dias atuais e identificando os mecanismos de acesso, permanência ou exclusão nessa modalidade de ensino no que diz respeito à educação formal. A análise efetuada mostra que a educação de jovens e adultos no Brasil tem caráter discriminatório e assistencialista, e aponta o que está sendo feito para promover a inclusão dos indivíduos que nela estão inseridos. Aborda também a importância da inclusão educacional para os cadeirantes da Educação de Jovens e Adultos que necessitam de um atendimento diferenciado; indispensável pensar no profissional que atua nessa área. Para isso apresenta a educação de jovens e adultos num conceito ampliado para entender os sujeitos envolvidos, o meio onde se ocorre, as dificuldades encontradas, e quais adaptações são necessárias para o aluno cadeirante no espaço em que vive. Relata o início da Educação de Jovens e Adultos e a educação inclusiva bem como os dilemas e desafios. A essa inclusão de cadeirantes destaca-se uma entrevista realizada no ambiente escolar como também os dados estatísticos de como vai a inclusão dos alunos especiais aqui no Brasil.

Palavras Chaves: Educação jovens e adultos, Cadeirantes e Inclusão.

INTRODUÇÃO

Pensando na responsabilidade de transformar nossas práticas, ultrapassando alguns obstáculos existentes é que elaboramos essa pesquisa; gestão escolar e a inclusão dos cadeirantes na EJA como direito de todos e responsabilidade de cada um.

Apesar das relevantes reflexões existentes, sentimos que se faz necessário mais esclarecimentos sobre as ações adotadas pela gestão escolar para que a inclusão dos cadeirantes na EJA se efetive. A função do gestor vem se modificando ao longo da história, à medida que a sociedade muda e se transforma, exigindo que a escola acompanhe estas transformações e se posicione de maneira a atender as novas demandas oriundas deste novo modelo social. Avançamos muito no que diz respeito à gestão democrática, mas ainda temos uma longa estrada a percorrer, pois vivemos em uma sociedade onde a burocracia ainda impera.

O ambiente escolar é um campo amplo, porém são poucos os artigos que mencionam as pessoas em cadeira de rodas na escola. A busca de intervenção passa a ser, para esse trabalho, um desafio metodológico e prático para a população que utiliza cadeiras de rodas.

Incluir esses alunos nas escolas regulares significa reconhecer as diferenças e de transitar por novos caminhos, estabelecendo relações entre o que se conhece e o que há de se conhecer.



Observando inúmeras manifestações no ambiente escolar com o aluno cadeirante, decidimos estudar sobre sua aprendizagem, desenvolvimento e inclusão nas escolas regulares.

É importante refletir sobre estas questões, pois num futuro próximo, o tema da inclusão poderá não ser mais viabilizar oportunidades a todos, e sim, adaptar-nos para conviver com a diversidade. Inclusão não deve ser interpretada como um processo de discurso, ao contrário, como um resultado ideal de uma sociedade que respeite o direito de todos. Assim, não será necessário mais falar de inclusão, nem de convivência com o diferente, mas, conviver com igualdade. Devemos então conciliar o atual discurso legal que determina oportunidades a todos os cidadãos, inclusive àquelas pessoas portadoras de deficiências uma educação acessível e eficiente não altamente excludente pelas formas e variações que assume.

Este trabalho tem como objetivo observar sobre a inclusão dos cadeirantes na eja, valorizar a diversidade e propor discussões que evidenciem o potencial das diferentes diferenças na escola e tendo em vista que a gestão tem o papel de facilitar a educação inclusiva..

Analisar inúmeras irregularidades prediais e sociais (barreiras) que inviabilizam nossos estudantes cadeirantes a participarem efetivamente das aulas.

Mostrar as dificuldades que os alunos encontram até chegar à escola.

Descobrir o motivo não físico dos cadeirantes não ir para a escola. A EJA (Educação de Jovens e Adultos) é uma modalidade de ensino, assegurada por Lei, que atende às pessoas que, por alguma razão, não puderam concluir os estudos na época adequada. Considerando a legislação atual, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) nº 9394/96 expõe na Seção V – Da Educação de Jovens e Adultos:

Art.37. A educação de jovens e adultos será destinada aqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos no ensino fundamental e médio na idade própria.

§ 1º os sistemas de ensino assegurarão gratuitamente aos jovens e aos adultos, que não puderem efetuar os estudos na idade regular, oportunidades educacionais apropriadas, consideradas as características do alunado, seus interesses, condições de vida e de trabalho, mediante cursos e exames.

A Educação de Jovens e Adultos representa uma possibilidade que pode contribuir para efetivar um caminho e desenvolvimento de todos os indivíduos, de todas as idades, cabendo ao professor na sua função de mediador do conhecimento, ter uma base sólida de formação. Sendo assim, planejar esse processo constitui-se uma grande responsabilidade social e educacional (SILVA, 2009).



A legislação brasileira também assegura às pessoas com deficiência o direito à educação formal, preferencialmente na rede regular de ensino. No entanto é facilmente percebido que, muitas vezes, esse direito acaba não sendo plenamente atendido. Visam-se mais o direito ao acesso à escola de pessoas com necessidades especiais do que seu desenvolvimento na ação educativa e sua aprendizagem.

Neste sentido é necessário que o docente saiba como trabalhar com jovens e adultos com deficiência, de modo a propiciar-lhes condições de aprenderem e se desenvolverem significativamente. O professor que trabalha com a EJA no contexto da educação especial tem que ser capaz de perceber seu aluno para além de suas limitações e entendê-lo como um sujeito capaz de aprender; além de ser um direito constante na legislação do país, a educação para jovens e adultos com deficiência é um direito humano e como tal precisa ser respeitado e cumprido.

Nesta conjuntura, a formação docente é um fator determinante para o bom andamento da prática educativa; o professor precisa estar preparado para assumir sua função de mediar a construção de conhecimentos de seus educandos.

Neste sentido, pretende-se abordar no decorrer do presente artigo a relevância da formação do professor para o trabalho com pessoas com deficiência no contexto da EJA.

Em ambos os casos elas são privadas de oportunidades de aprendizagem formal e de desenvolvimento humano (FERREIRA, 2008; 2009). No contexto das profundas desigualdades socioeconômicas e política entre grupos sociais, reconhecer os direitos de pessoas com deficiências a EJA constitui ainda um significativo desafio para a sociedade brasileira, pois quando se trata da escolarização e alfabetização desses estudantes.

A partir da publicação da Declaração de Salamanca em 1994, pela UNESCO, foi desencadeado um processo mundial de mudanças em políticas públicas destinadas a garantir o direito à educação de grupos sociais em situação de desvantagem e risco contínuo de exclusão. O referido documento conclama governos de todos os países-membro das Nações Unidas a contemplarem em suas agendas, entre outros grupos, os afrodescendentes, os ciganos, os vários grupos étnicos, as pessoas com deficiências, aqueles que vivem em áreas rurais e zonas remotas, etc. Países em todas as partes do mundo iniciaram algum tipo de ação para tornar seus sistemas educacionais mais igualitários (UNESCO 1999, UNESCO 2001). Alinhado com tais mudanças, ao longo dos últimos 10 anos, o sistema educacional brasileiro está imerso em orientações políticas e legais que refletem o compromisso com uma política de inclusão de abrangência social.



Também em consonância com o movimento pela inclusão lançado pela UNESCO, em 1997, o parágrafo 22 da Agenda para o Futuro da Declaração de Hamburgo (UNESCO 1997) reafirma o direito de jovens e adultos com deficiência à escolarização e alfabetização.

O presente estudo adotou uma pesquisa qualitativa, utilizando do método estudo de caso; que por sua vez, visa do exame detalhado de um ambiente de um sujeito ou de uma situação em particular. Neste sentido os dados serão levantados através da observação participante com vistas à inclusão dos cadeirantes da eja. Mostra indícios de que há uma crescente conscientização das comunidades escolares sobre a necessidade de incluir jovens e adultos com deficiência estudar nas turmas de EJA, a fim de propiciar a convivência com seus pares da mesma faixa etária. Temos como exemplo a escola em que estagiamos onde uma classe de eja existia quatro alunos com deficiências múltiplas.

No que diz respeito à EJA, o acesso de pessoas com deficiência ainda se constitui um direito muitas vezes negado em virtude do despreparo das escolas e da falta de formação docente para o trabalho com os educandos que tem necessidades especiais. No intuito de garantir este direito, verificou-se a necessidade de se reestruturar os sistemas de ensino, que devem organizar-se para dar respostas às necessidades educacionais de todos os alunos de modo indistinto.

Deve-se entender, neste contexto, que a escolarização de pessoas com algum tipo de deficiência deve objetivar o desenvolvimento de suas percepções e de suas potencialidades. Tais sujeitos necessitam de atendimento escolar especial e, segundo Mazzotta (1982, p. 18), [...] a existência de uma deficiência não opõem necessariamente a que o seu portador possa ser bem atendido mediante os processos comuns de ensino. O tipo e grau da deficiência, bem como os efeitos por ela acarretados, além das condições gerais dos serviços escolares comuns, é que irão servir de indicadores da necessidade ou não da utilização de auxílios e serviços especiais de educação. Desta forma, são as necessidades educacionais individuais, globalmente consideradas, confrontadas com os serviços educacionais existentes na comunidade, que devem subsidiar a definição da via ou dos recursos a serem utilizados para a educação de qualquer pessoa, e não a categoria, o rótulo, o estigma de deficiente, com as negativas e perniciosas consequências de sua generalização.

Assim, a escolarização do jovem e do adulto com necessidades especiais só ganha sentido se novas habilidades cognitivas forem despertadas, tendo em vista que a deficiência não o incapacita de aprender dentro de seus limites e estes devem ser explorados objetivando o seu desenvolvimento. Desse modo, os caminhos para a educação formal do indivíduo com deficiência sucedem de



processos interacionais, à medida que a pessoa age sobre o meio, transformando-o e vice-versa. O processo deve ser orgânico e dinâmico, de modo a exigir empenho de todos os segmentos sociais, proporcionando condições que facilite aos indivíduos com deficiência, tornarem-se integrantes da sociedade e respeitados em seus direitos.

Portanto, observar a acessibilidade de cadeirantes nas escolas pode contribuir para lançar luz ao fenômeno da inclusão social de portadores de deficiência.

A Lei que obriga prédios públicos e privados a proporcionarem condições de acessibilidade conforme especifica a Lei n 5296 de Dezembro de 2004 (BRASIL, 2004), tem como perspectiva a inclusão social desses portadores de deficiência física em espaços livres públicos e privados fazendo com que eles se sintam úteis e também usufruam o lazer e a atividade física que irá proporcionar melhora na sua qualidade de vida e saúde.

Assim, esta investigação pode fornecer subsídios para as políticas públicas e para os projetos pedagógicos das escolas que contribuam para a inclusão de cadeirantes. Contribuir na acessibilidade desses indivíduos pode favorecer a diminuição do preconceito com os deficientes.

No meio escolar, nos deparamos com muitas escolas que ainda não estão adaptadas para receberem alunos com necessidades especiais, principalmente quando temos em foco alunos com deficiência física. Dessa forma, no planejamento para reformas, questões de acessibilidade não são tocadas. Nesse contexto, o diagnóstico das condições de acessibilidade não ocorre por falta de informação e, também, por falta de instrumentos de medidas que possam diagnosticar e, ao mesmo tempo, indicar possíveis mudanças na estrutura arquitetônica escolar de forma a melhorar as condições de acessibilidade existentes.

METODOLOGIA

Nossa pesquisa se configura numa pesquisa qualitativa de acordo com LUDCK e ANDRÉ, 1986.

O instrumento de coleta de dados constitui em visitas à escolas quem trabalham com a Eja, e diagnosticar através de entrevistas no ambiente escolar se existe inclusão de cadeirantes e se há acessibilidades para esses estudantes, como também os dados levantar dados estatísticos com realização de análise de conteúdos (SILVA, 2009; FERREIRA, 2008;2009) sobre a verdadeira aprendizagem dos estudantes cadeirantes da Eja de como vai a inclusão deles aqui no Brasil.



RESULTADO E DISCUSSÃO

Observando inúmeras manifestações no ambiente escolar com o aluno cadeirante, decidimos estudar sobre tudo que envolva a aprendizagem, desenvolvimento, inclusão e interação desses alunos.

É importante refletir sobre estas questões, pois num futuro próximo, o tema da inclusão poderá não ser mais viabilizar oportunidades a todos, e sim, adaptar-nos para conviver com a diversidade. Inclusão não deve ser interpretada como um processo de discurso, ao contrário, como um resultado ideal de uma sociedade inclusiva. Assim, não será necessário mais falar de inclusão, tratar-se-á de convivência com o diferente, na via de duplo sentido, isto é, conviver com igualdade. Devemos então conciliar o atual discurso legal que determina oportunidades a todos os cidadãos, inclusive àquelas pessoas com deficiências e tornar acessível uma educação altamente excludente pelas formas e variações que assume.

Embora a Educação de Jovens e Adultos ocupe espaço de destaque na agenda das políticas educacionais no continente latino-americano desde a metade do século XX e não constitua um novo tema no cenário educacional (RIVERO,2000), este tema é novo quando o abordamos pelo viés da educação de jovens e adultos com deficiência no sistema regular de ensino, o qual além de relevante é oportuno, particularmente porque trata da questão da igualdade de oportunidades educacionais no contexto do desenvolvimento de escolas inclusivas para todos. Jovens e adultos com deficiência constituem hoje ampla parcela da população de analfabetos no mundo porque não tiveram oportunidades de acesso à educação na idade apropriada. Nos países economicamente ricos, a maioria das pessoas com deficiência está institucionalizada, nos países economicamente pobres, está escondida, invisível na escola e nos vários espaços sociais. Em ambos os casos elas são privadas de oportunidades de aprendizagem formal e de desenvolvimento humano (FERREIRA, 2008; 2009).

No contexto das profundas desigualdades socioeconômicas e política entre grupos sociais, reconhecer os direitos de pessoas com deficiências à EJA constitui ainda um significativo desafio para a sociedade brasileira, pois quando se trata da escolarização e alfabetização desses estudantes.

O acesso dos cadeirantes nas escolas é um assunto de extrema importância, estes sujeitos devem ser incluídos nas escolas junto com outros alunos sem a deficiência. Mas isso não está sendo fácil, pois nem todas as escolas possuem acesso para pessoas com deficiência, por isso o interesse nesse



estudo. Conforme a Norma Brasileira 9050 da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT/NBR9050, 2004), a acessibilidade é a possibilidade e condição de alcance para utilização, com segurança e autonomia, de edificações, espaço, mobiliário e equipamentos urbanos.

Este trabalho tem como objetivo analisar sobre a inclusão dos cadeirantes a valorizar a diversidade e propor discussões que evidenciem o potencial das diferentes diferenças na escola. A EJA (Educação de Jovens e Adultos) é uma modalidade de ensino, assegurada por Lei, que atende às pessoas que, por alguma razão, não puderam concluir os estudos na época adequada. Considerando a legislação atual, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) nº 9394/96 expõe na Seção V – Da Educação de Jovens e Adultos:

No que diz respeito à EJA, o acesso de pessoas com deficiência ainda se constitui um direito muitas vezes negado em virtude do despreparo das escolas e da falta de formação docente para o trabalho com os educandos que tem necessidades especiais. No intuito de garantir este direito, verificou-se a necessidade de se reestruturar os sistemas de ensino, que devem organizar-se para dar respostas às necessidades educacionais de todos os alunos de modo indistinto.

Deve-se entender, neste contexto, que a escolarização de pessoas com algum tipo de deficiência deve objetivar o desenvolvimento de suas percepções e de suas potencialidades. Tais sujeitos necessitam de atendimento escolar especial e, segundo Mazzotta (1982, p. 18), [...] a existência de uma deficiência não opõem necessariamente a que o seu portador possa ser bem atendido mediante os processos comuns de ensino. O tipo e grau da deficiência, bem como os efeitos por ela acarretados, além das condições gerais dos serviços escolares comuns, é que irão servir de indicadores da necessidade ou não da utilização de auxílios e serviços especiais de educação. Desta forma, são as necessidades educacionais individuais, globalmente consideradas, confrontadas com os serviços educacionais existentes na comunidade, que devem subsidiar a definição da via ou dos recursos a serem utilizados para a educação de qualquer pessoa, e não a categoria, o rótulo, o estigma de deficiente, com as negativas e perniciosas consequências de sua generalização.

Assim, a escolarização do jovem e do adulto com necessidades especiais só ganha sentido se novas habilidades cognitivas forem despertadas, tendo em vista que a deficiência não o incapacita de aprender dentro de seus limites e estes devem ser explorados objetivando o seu desenvolvimento. Desse modo, os caminhos para a educação formal do indivíduo com deficiência sucedem de processos interacionais, à medida que a pessoa age sobre o meio, transformando-o e vice-versa. O processo deve ser orgânico e dinâmico, de modo a exigir empenho de todos os



segmentos sociais, proporcionando condições que facilite aos indivíduos com deficiência, tornarem-se integrantes da sociedade e respeitados em seus direitos.

Portanto, observar a acessibilidade de cadeirantes nas escolas pode contribuir para lançar luz ao fenômeno da inclusão social de portadores de deficiência.

A Lei que obriga prédios públicos e privados a proporcionarem condições de acessibilidade conforme especifica a Lei n 5296 de Dezembro de 2004 (BRASIL, 2004), tem como perspectiva a inclusão social desses portadores de deficiência física em espaços livres públicos e privados fazendo com que eles se sintam úteis e também usufruam o lazer e a atividade física que irá proporcionar melhora na sua qualidade de vida e saúde.

Assim, esta investigação pode fornecer subsídios para as políticas públicas e para os projetos pedagógicos das escolas que contribuam para a inclusão de cadeirantes. Contribuir na acessibilidade desses indivíduos pode favorecer a diminuição do preconceito com os deficientes.

No meio escolar, nos deparamos com muitas escolas que ainda não estão adaptadas para receberem alunos com necessidades especiais, principalmente quando temos em foco alunos com deficiência física. Dessa forma, no planejamento para reformas, questões de acessibilidade não são tocadas. Nesse contexto, o diagnóstico das condições de acessibilidade não ocorre por falta de informação e, também, por falta de instrumentos de medidas que possam diagnosticar e, ao mesmo tempo, indicar possíveis mudanças na estrutura arquitetônica escolar de forma a melhorar as condições de acessibilidade existentes.

CONCLUSÃO

É evidente que o caminho a percorrer é longo e cheio de barreiras, principalmente as atitudinais, para que as escolas da rede municipal de ensino se tornem, realmente, comunidades inclusivas, pois atitudes de rejeição e descrença em relação aos alunos com necessidades educacionais especiais ainda são muito frequentes. No atual cenário político-econômico brasileiro deparamo-nos com: o estado de desvalorização do magistério; a má qualidade da formação dos educadores; a inexistência, em muitas escolas, de um projeto político pedagógico que contemple a diversidade dos alunos; a falta de recursos específicos que otimizem a aprendizagem de todos os alunos; o descompromisso de muitas famílias com a educação escolar dos filhos, bem como o caos social e econômico em que muitas se encontram. Contudo, não podemos esquecer que vivemos um processo de mudança que é, ao mesmo tempo, político, social, econômico, pedagógico e histórico e,



portanto, lento. Embora cientes das dificuldades, não devemos deixar de reconhecer e publicar os estívéssemos sempre começando do zero e nada tivesse sido feito antes, de bom e necessário.

Através desta pesquisa constatamos de que as dificuldades não podem ser justificativas para falta de oportunidades, pois quando se acredita em um sonho e luta realmente por ele, ele se torna realidade. É o grande exemplo do aluno cadeirante da EJA que ultrapassou várias barreiras e ainda continua ultrapassando, mas, nunca pensou em parar. A experiência descrita não visa conclusões, mas a abertura para a reflexão sobre as diferentes possibilidades de construção do processo inclusivo. Nesse sentido, fica o respeito e a consideração à individualidade do sujeito entendendo-o na sua singularidade e especificidade. A presente pesquisa, mesmo com os limites de um estudo exploratório de pequena escala e curta duração oferece evidências sólidas quanto à forma como as redes de ensino estão se organizando na modalidade EJA para atender aos estudantes com deficiência, desse modo, o aluno com deficiência, não apenas ganha em qualidade de vida, dignidade e autonomia, mas também se percebe como um cidadão ativo da sociedade, rompendo preconceitos historicamente construídos. Enfim, um país se torna mais humano quando aprende a conviver com as diferenças, a inclusão de um cadeirante é de interesse comum, pois precisamos aprender a viver com naturalidade quando temos contato pela primeira vez com essas pessoas, não devemos ter pena, compaixão, elas não precisam disso, elas precisam de convívio com outras pessoas, de oportunidades, de trabalho para que possam desenvolver estratégias de competências e atitudes no convívio social. Precisamos também ter a visão clara de que a função da escola não é apenas ensinar, a ler e escrever, a prioridade é o convívio para que essas pessoas possam cuidar de si, se ela ler e escrever são apenas mais um avanço, ela precisa desenvolver avanços obtidos, pois há uma tendência de se situar determinadas questões como se capacidades de convivência para cuidar de si, ser autônoma, dona do seu destino, esse sim é o processo da inclusão.

REFERÊNCIAS

Alfabetização como liberdade. Brasília: UNESCO, MEC, 2003

ARBACHE, Ana Paula Bastos. A formação do educador com pessoas jovens e adultas numa perspectiva multicultural crítica. Dissertação de mestrado Rio de Janeiro papel virtual 2001.

BELLO, José Luiz de Paiva. Movimento Brasileiro de Alfabetização – MOBRAL.

História da Educação no Brasil. Período do Regime militar. Pedagogia em foco, Vitória 1993, Disponível em <<http://www.pedagogiaemfoco.pro.br/hebl0a.html>>.

Acesso em: 03 de maio de 2010.

Brasil, Ministério da Educação. SEESP - Educação Inclusiva: direito à diversidade. 2004-2005. Documento Orientador. São Paulo, 2005. Corde. Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais. Brasília: CORDE: 1994.

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Disponível em: <http://www.mec.gov.br>. Acesso em: 22/05/2016.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao.htm. Acesso em: 22/05/2016.

Eja & Deficiência <http://www.ufpe.br/cead/eja/textos/windiz.pdf>

FERREIRA, Windyz B. Avaliação das Condições da Oferta da Educação Especial na Rede de Ensino do Governo do Distrito Federal. Brasília,: Fundação Cesgranrio,2009

GHIRALDELLI Junior, Paulo. História da Educação Brasileira/Paulo Ghiraldelli JR. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

MAZZOTTA, Marcos José da Silveira. Fundamentos de educação especial. São Paulo: Pioneira, 1982.

MONTOAN, Maria tereza elglér. Inclusão escolar: o que é: Por quê? E como fazer? São Paulo: Moderna. 2003.

PINTO, Álvaro Vieira. Sete Lições Sobre Educação de Adultos/ introdução e entrevista de Dermeval Saviani e Betty Antunes de Oliveira: versão final revista pelo autor. – 15ª ed. São Paulo: Cortez, 2000.

PIRIS, Deise; RODRIGUES, Leandro. História da Administração Educacional no Brasil: Da Colônia à República Velha. Disponível em: <http://www.webartigos.com/articles/11234/1/Historia-da-Administracao-Educacional-noBrasil-Da-Colonia-a-Republica-Velha/pagina1.html>. Acesso em: 22/05/2016.

RIVERO, J. H. Educação e Exclusão na América Latina: reformas em tempos de globalização. Brasília: Universal, 2000.

SANTOS, Monica Pereira dos. e Paulino, Marcos Moreira. Inclusão em Educação Culturas, Políticas e Práticas. (orgs), 2,ed; São Paulo: Cortêz,2008.

SILVA, Andréia Maciel. Educação de Jovens e Adultos (Eja) no Brasil. 2009.

SOUZA, João Francisco de. Uma Pedagogia da Revolução: A contribuição do governo Arraes (1960 – 1964). São Paulo: Cortêz. 1987.